

Na aba do Projeto COVID, incluir como Subprojeto 4, o texto abaixo.

Trabalho e Pandemia no Estado do Rio de Janeiro: entre a Vulnerabilidade e a Flexibilidade

Adalberto Cardoso

Introdução

A pandemia da Covid-19 afetou múltiplas dimensões da vida no planeta. Relações familiares e de amizade, educação dos mais jovens, possibilidades de lazer, saúde física e mental (individual e coletiva), sociabilidade no mundo da vida... Criou desafios para a gestão das cidades, estados e países, gerou tensões nas relações internacionais, deu origem a uma geopolítica das vacinas e das melhores estratégias de enfrentamento da doença. Testou a resiliência dos governantes, em toda parte premidos pelos dogmas neoliberais e sua catilinária pela austeridade e o Estado mínimo, numa situação que exige sistemas eficazes e dispendiosos de saúde pública. Interpelou lideranças e organizações da sociedade civil, testou a solidez das instituições democráticas... E está matando milhões de pessoas.

O mundo do trabalho ocupa lugar especial nesse conjunto de dimensões. A estrutura econômica é o principal componente causal de oportunidades de vida em qualquer sociedade, porque em seu movimento gera a riqueza e a renda socialmente distribuídas. E é nesse movimento que as pessoas que vivem de seu trabalho, a imensa maioria da população, obtêm e constroem meios de adquirir meios de vida. Uma pandemia como a do vírus SARS-CoV-2, de alta transmissibilidade pelo contato pessoal e pelo ar, com taxas elevadas de mortalidade, sobretudo mas não apenas de pessoas mais velhas, solapa muitas das condições de funcionamento dessa estrutura, obrigando a suspensão de atividades, quarentenas prolongadas, isolamento social ou mesmo severos *lockdowns*. Tudo isso afeta sobremaneira as pessoas que vivem do seu trabalho.

O objetivo destas breves notas é avaliar o impacto da pandemia no mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro, comparando-o com o do Brasil. O Estado do Rio será dividido em 3 regiões: a capital, a região metropolitana sem a capital e o restante do Estado.

O trabalho se divide em duas partes. Na primeira parte, a análise utilizará como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Especial COVID (PNAD-COVID), pesquisa de painel que acompanhou os mesmos domicílios mês a mês entre maio e novembro de 2020, para medir o impacto da pandemia nas famílias e no mercado de trabalho. O foco será o Brasil, para construir um pano de fundo para a análise que se fará em seguida. A segunda parte lança mão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, a PNAD-C, pesquisa que permite acompanhar os moradores de determinado domicílio por cinco trimestres consecutivos, possibilitando, com isso, mensurar os impactos da pandemia no mesmo grupo de pessoas.

Primeira parte: Pandemia e trabalho¹

Ao aportar no Brasil, a pandemia encontrou um mundo do trabalho marcado por desemprego, precariedade, vulnerabilidade e informalidade da inserção produtiva da grande maioria das pessoas. E essa foi a população mais afetada pela crise. Dados compilados pelo DIEESE apontaram a magnitude do drama: 13% dos trabalhadores ocupados no primeiro trimestre de 2020 estavam desempregados no segundo trimestre; 23% dos trabalhadores que recebiam até 1 salário mínimo no 1º trimestre, ficaram sem trabalho após o início da pandemia; 31% dos trabalhadores domésticos também perderam a ocupação; o mesmo ocorreu com 23% dos assalariados sem carteira, enquanto entre os assalariados com carteira a queda foi de apenas 8%, e de 2% entre servidores públicos estatutários (DIEESE, 2020: 2).

Parte considerável dessa população não tem acesso a saneamento básico, moradia digna, água potável, com renda (muitas vezes intermitente) nem sempre suficiente para comprar artigos básicos de higiene (incluindo sabão e álcool), sem falar nos equipamentos de proteção individual (EPIs). Nos inícios da pandemia, antes da chegada do auxílio emergencial, muitas famílias pobres de fato se mostraram privadas de recursos para se proteger, em comunidades nas quais o distanciamento social era simplesmente impossível, tendo em vista a densidade de moradores por cômodo nos domicílios e por quilômetro quadrado nos bairros.

¹ Esta primeira parte foi escrita com Thiago Brandão Peres.

Desigualdades

Essas características são altamente favoráveis à disseminação do vírus. Ademais, no Brasil, excluindo a idade como principal fator de risco, pessoas negras (inclusive pardas) apresentam risco de mortalidade (*efeito horizontal*) significativamente maior do que pessoas brancas (Baqui et al., 2020). Esse não é um fator congênito para a mortalidade, evidentemente, mas a expressão das desigualdades sociais instanciadas na cor da pele dos brasileiros. Não é surpresa também que as regiões com melhores taxas de desenvolvimento socioeconômico apresentem as menores taxas de comorbidade (*efeito vertical*). Isso ajuda a explicar por que a vida boêmia em um dos bairros mais caros da América Latina (Leblon, no Rio de Janeiro) voltou à normalidade enquanto o país ultrapassava 1.5 milhão de casos de diagnóstico positivo e 60 mil mortes. Quatro meses foram suficientes para que a desigualdade informasse às pessoas quem viveria para contar às próximas gerações as agruras de passar por uma pandemia, e quem morreria de COVID-19.

No outro extremo, quando o país se aproximava de dez mil mortes, seguradoras privadas de saúde ofereceram helicópteros equipados com UTI para resgatar os ricos de Belém (PA) do colapso dos leitos hospitalares locais, e transportá-los com segurança para hospitais renomados em outras cidades importantes², a um custo de transferência de cerca R\$ 100 mil. Enquanto isso, as pessoas mais pobres enfrentavam o dilema de morrer em casa ou nas filas dos hospitais³.

A Tabela 1 oferece imagem clara desse problema. Ela mostra a taxa de mortalidade de pacientes internados com COVID-19 de março a dezembro de 2020 (em hospitais privados e no SUS). Os anos de escolaridade estão fortemente correlacionados com o status (ou classe) social no Brasil. Cardoso e Préteceille (2021), por exemplo, mostram que, se uma pessoa tem curso superior, ela tem 85% de probabilidade de figurar em uma posição de classe média ou superior⁴. Portanto, mover-se dos estratos mais baixos para

² <https://epoca.globo.com/sociedade/coronavirus-ricos-de-belem-escapam-em-uti-aerea-de-colapso-nos-hospitais-da-cidade-1-24412850> (acessado em julho de 2022).

³ Reportagem do El País aponta que até o final de agosto de 2020, mais de 4 mil pessoas com “perfil de covid” morreram enquanto esperavam a disponibilidade de um leito de terapia intensiva no SUS em 6 estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Maranhão). <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-26/mais-de-4000-pessoas-com-covid-19-morreram-a-espera-por-um-leito-de-uti-em-seis-estados-brasileiros.html> (acessado em julho de 2022).

⁴ A taxa de mortalidade da categoria “Ignorados” (abrangendo mais de 50% do total) nos faz supor que a maioria deles pertence aos estratos de escolaridade mais baixos.

os mais altos em termos de escolaridade significa subir na estrutura social e, como pode ser visto, reduzir fortemente as chances de ser morto pelo SARS-CoV-2. Uma pessoa analfabeta, se internada com COVID-19, tinha 254% mais chances de morrer do que uma pessoa com mais de 12 anos de estudo.

Tabela 1
Taxa de mortalidade de pacientes hospitalizados com Covid-19 no Brasil (01 de março a 31 de dezembro de 2020), segundo escolaridade

Escolaridade	N hospitalizados	Taxa de mortalidade
Sem escolaridade / analfabeto	16.190	51,2%
Até 5 anos de escolaridade	58.927	42,2%
De 6 a 9 anos	40.641	35,3%
De 10 a 12	69.982	24,4%
Mais de 12 (ensino superior)	35.233	19,3%
Crianças	4.770	8,1%
Ignorado	202.824	31,4%
Total	428.567	31,6%

Fonte: Microdados do SIVEP Gripe⁵

As persistentes desigualdades de gênero também contribuíram para moldar a incidência da pandemia no Brasil. As mulheres morrem menos do que os homens, em termos médios, e a diferença entre os sexos cresce com a idade. Até os 45 anos as taxas de mortalidade dos dois sexos, considerando apenas as pessoas internadas com COVID-19 nos hospitais públicos e privados, não podem ser distinguidas estatisticamente (com exceção dos jovens de 16 a 25 anos, que têm 38% mais chances de morrer do que as jovens dessa idade). Mas a partir daí os homens passam a morrer em maior proporção: os que têm entre 56 e 85 anos de idade têm 15% mais chances de morte, se internados com a doença, do que as mulheres nessa faixa etária⁶.

⁵ Essa base de dados é a mais confiável do país em relação à SRAG, pois os hospitais devem informar ao Ministério da Saúde todas as internações por qualquer síndrome respiratória. Por ela sabemos que a taxa de mortalidade da COVID-19 é provavelmente muito superior aos números oficiais (cerca de 195 mil no final de dezembro de 2020). Na base de dados SIVEP-Gripe, 38% das mais de um milhão de internações hospitalares de março a 31 de dezembro de 2020 devido a SRAG (382 mil casos) foram classificadas como “indeterminadas”, com uma taxa de mortalidade de 19% (em comparação com 31,2% da COVID-19). Parte substancial desses casos terá sido, na verdade, COVID-19, o que aumentaria bastante o número real de mortes.

⁶ Dados do SIVEP-Gripe para o período de 01 de março a 31 de dezembro de 2020, tabulados para este estudo.

Essa vantagem comparativa feminina, que a ciência ainda não explica, não se reflete nas relações de gênero que recepcionaram a pandemia no país. Pela PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2020, portanto às portas da explosão pandêmica⁷, 11.4 milhões de pessoas (4.3 milhões de homens e 7.1 milhões de mulheres) em idade ativa disseram que não procuraram trabalho, mas que gostariam de trabalhar. Em agosto, pela PNAD COVID19 esse número superou os 27 milhões de pessoas, sendo 10.4 milhões de homens e 16.6 milhões de mulheres. Mais da metade destas últimas não procurou trabalho porque teve que cuidar de afazeres domésticos em agosto. No primeiro trimestre de 2020 essa proporção não atingia 26% das mulheres⁸. Entre os homens no primeiro trimestre de 2020, apenas 2% alegaram não ter procurado trabalho por causa das tarefas domésticas, e em agosto a proporção ainda foi de meros 3,3%. Tradicionalmente responsáveis pelo cuidado de filhos, cônjuges e parentes, as mulheres tiveram que deixar a força de trabalho em muito maior proporção por essa razão específica⁹.

Somando as pessoas que gostariam de ter trabalhado e as que não gostariam, 77 milhões de pessoas em idade ativa (14 anos ou mais) estavam fora da força de trabalho em novembro de 2020 (70% eram mulheres), sendo que 17 milhões (ou 23%) atribuíram o fato diretamente à pandemia (10 milhões de mulheres). Isso dá uma dimensão da subestimação do desemprego presente nas estatísticas oficiais, que computam apenas as pessoas que efetivamente tomaram providências para encontrar trabalho. À medida que a pandemia arrefeça essas pessoas devem passar a pressionar o mercado de trabalho em busca de ocupação. A taxa de desemprego, na casa dos 14,7% em abril de 2021¹⁰, deve aumentar substancialmente, sobretudo em razão do fechamento de empresas e a destruição de postos de trabalho. E o fenômeno é mais intenso para as mulheres.

As desigualdades de gênero se manifestaram também entre as pessoas que puderam optar ou foram obrigadas a trabalhar em home-office. Estudos realizados no

⁷ A primeira morte por Covid-19 no país ocorreu em 19 de fevereiro. Em 31 de março o Ministério da Saúde reconhecia 4.683 casos da doença, com 167 mortes. Ver <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>.

⁸ Os bancos de dados não são estritamente comparáveis nesse quesito. A PNAD Contínua pergunta primeiro se a pessoa procurou trabalho, e para os que respondem não pergunta se gostaria de ter trabalhado. E apenas para quem responde sim pergunta o motivo de não ter tomado providência para buscar trabalho. A PNAD COVID também pergunta primeiro se a pessoa procurou trabalho, mas para todos os que respondem não, pergunta o motivo de não ter tomado providência. Isso aumenta muito o número de respondentes deste quesito.

⁹ Ver também Bridi et al. (2020), sobre as relações de gênero diante do crescimento do home office.

¹⁰ <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/06/30/desemprego-pnad-ibge.htm> (acessado em julho de 2022).

âmbito da Rede Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR-Trabalho) revelaram, qualitativamente, o que os dados agregados da PNAD COVID19 apenas sugerem. Como mostram Bridi et al. (2020), o home-office esteve disponível, em sua maioria, para pessoas com educação superior, portanto das classes médias e superiores. As mulheres dessas classes podem trabalhar fora e deixar as tarefas domésticas, incluindo o cuidado dos filhos, com empregadas/os domésticas/os e babás. A pandemia reduziu muito a prestação desse tipo de serviço, e o retorno para casa significou a assunção de dupla jornada para essas mulheres, em proporção muito superior à dos homens. Os filhos, quando convocam a atenção ou o cuidado de um dos pais, miram principalmente a mãe, que por isso mesmo tem sua rotina de trabalho interrompida inúmeras vezes, com conseqüente queda de produtividade e aumento do número de horas trabalhadas, além da desorganização do uso do tempo. Para quem imaginava que o home office serviria para estimular a negociação entre os parceiros no mundo doméstico e colocar em questão o padrão histórico de subordinação feminina, o que se viu foi a reprodução desse padrão, de forma bastante desfavorável para as mulheres.

Informalidade

Além das desigualdades, outro elemento responsável pelo aumento exponencial da gravidade da situação brasileira na pandemia foi a persistente informalidade que caracteriza parte substancial da força de trabalho ocupada. Além de não contar com proteção da legislação trabalhista e previdenciária, a renda na economia informal é sensivelmente mais baixa em comparação com a economia formal e, na maioria das vezes, os/as ocupados/as informalmente precisam “vender o almoço para comprar o jantar”. Isto é, a tragédia nas sociedades em que a informalidade é elemento constitutivo da estrutura das oportunidades de vida é que, em sua maioria, as pessoas ganham sua renda com transações comerciais ou com prestação de serviços por meio do contato físico direto, seja nas ruas, nos mercados populares, nas pequenas bancas de alimentos ou produtos, no trabalho doméstico etc. As necessárias políticas de distanciamento social para prevenir a transmissão comunitária do vírus, portanto, impactam sobremaneira os meios de obtenção de renda dos trabalhadores informais.

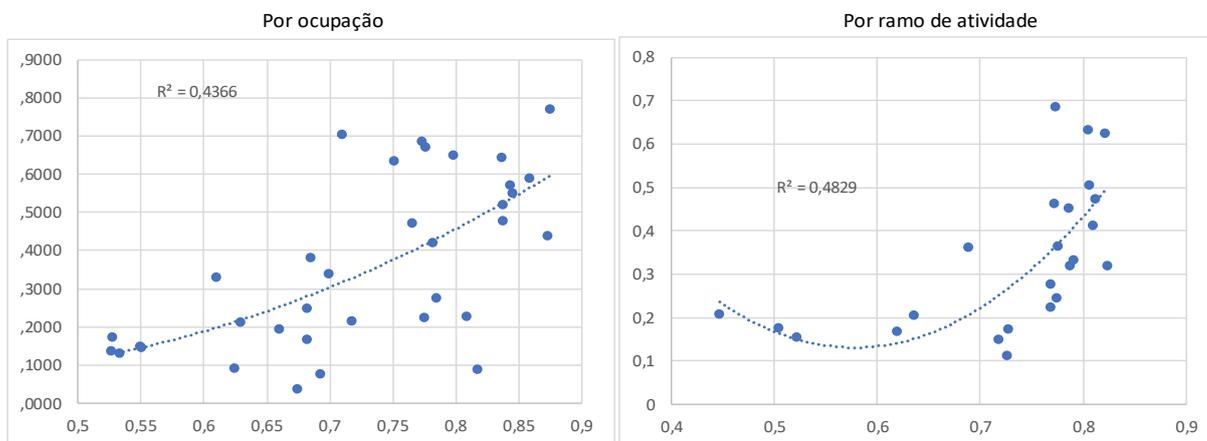
O auxílio emergencial foi instituído justamente por isso. Em tese impossibilitados de levar adiante sua atividade remunerada, os trabalhadores informais teriam assegurada uma renda mínima para a subsistência. Mas não foi este o caso. Na verdade, o auxílio emergencial representou perda substancial de renda para esses trabalhadores. No primeiro

trimestre de 2020, portanto às portas da pandemia, a renda média dos ocupados por conta própria não contribuintes para a previdência foi de R\$1.341, segundo a PNAD Contínua 2020-1. Dos domésticos, R\$990. E entre os assalariados sem carteira a renda média foi de R\$1.550. Ou seja, conquanto necessário, o auxílio reduziu a renda de 36 milhões de brasileiros a entre um terço e mais da metade do que recebiam, em média, antes da pandemia. Com isso, os trabalhadores informais viram-se compelidos a retornar ao trabalho. Na verdade, parte substancial deles/as nunca pôde deixar de trabalhar.

De fato, em maio de 2020, apenas 18,1% dos ocupados estavam afastados do trabalho em função da pandemia, segundo a PNAD COVID19¹¹. Como esperado, as taxas eram mais altas nas ocupações tipicamente informais, como empregadas/os domésticas/os (29%), vendedores ambulantes, feirantes, comerciantes de rua (41%), cabeleireiros, manicures e afins (igualmente 40%) e cuidadores/as (28%). Mas entre maio e agosto a taxa de não trabalho havia caído para apenas 4,7%, e a relação entre a variação nessa taxa e a proporção de trabalhadores informais na ocupação está expressa no Gráfico 1. Com R^2 superior a 0,43, a relação é clara, ainda que não linear. Quanto mais informais as ocupações, maiores as taxas de retorno ao trabalho, confirmando o que se disse sobre a insuficiência do auxílio emergencial em suprir as necessidades básicas das famílias beneficiadas. A relação é clara também quanto ao ramo da economia, se bem que, neste caso, a função é exponencial, isto é, se intensifica com o aumento da informalidade do ramo. A informalidade está associada a menores taxas de isolamento social por horas não trabalhadas, logo, de maior exposição ao vírus nas ruas, no trabalho e, sobretudo, no transporte público.

¹¹ O questionário da pesquisa pergunta aos que estavam afastados do trabalho na semana anterior, a razão do afastamento. E aos que tinham trabalho, quantas horas trabalharam na semana anterior. A proporção que utilizamos é dos que responderam estar afastados em função da pandemia e ter trabalhado zero horas.

Gráfico 1
Relação entre a taxa de informalidade na ocupação e no ramo de atividade e a taxa de retorno ao trabalho entre maio e agosto de 2020



Fonte: PNAD-COVID, maio-agosto¹²

Na mesma direção, investigação realizada por pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) em parceria com o Institut de Recherche pour le Développement (IRD, França) observou forte correlação entre a proporção de trabalhadores informais nos municípios e o número de casos positivos e de óbitos (Roubaud et al., 2020). Analisando os dados disponíveis para as 5.570 cidades brasileiras, o modelo econométrico estimou que 10 pontos percentuais a mais na proporção de trabalhadores informais nos municípios estão associados a aumento de 29% na taxa de contágio e 38% na taxa de mortalidade pela COVID-19. O estudo encontrou, ainda, taxas de mortalidade mais elevadas na população de raça/cor e etnia preta e parda e também entre os mais pobres: um aumento de 10 pontos percentuais no total de pobres em determinada cidade prevê aumento de 73% no número de óbitos.

Parte da explicação para esse resultado está em que, sobretudo nas grandes cidades, para chegar ao trabalho essas pessoas precisam enfrentar o transporte público lotado. Não à toa, estudo da Unifesp para a cidade de São Paulo mostrou, no pico da primeira fase da pandemia, que a correlação entre os bairros onde as pessoas usavam veículos particulares para transporte e o número de casos positivos foi de apenas (0,39) em julho, a correlação sendo substancialmente maior nos bairros onde a principal forma

¹² No grupo de ocupações foi suprimido um outlier (mais de dois desvios padrão da média).

de deslocamento para o trabalho era o transporte público (0,80) ou a pé (0,78)¹³. Nas palavras do coordenador da pesquisa, Kazuo Nakano, “a quantidade de viagens por transporte coletivo explica 80% da quantidade de óbitos”.

Além disso, é baixa a proporção da população informalmente ocupada que conta com planos de saúde. Ainda pela PNAD COVID19 sabemos que, entre maio e novembro de 2020, em média, 42% dos trabalhadores formais tinham planos privados de saúde. Entre os informais a média foi de apenas 17%. Planos de saúde nem sempre são sinônimo de serviços de qualidade, já que estes dependem do valor pago, estando os melhores hospitais restritos aos planos mais caros. Mas a maioria dos trabalhadores formais tem plano privado pago no todo ou em parte pela empresa ou o órgão da administração pública onde trabalha. Os trabalhadores e trabalhadoras informais precisam arcar com esse custo. A renda média dos informais detentores de planos privados foi de R\$2.500 em novembro de 2020, segundo a PNAD COVID19, renda insuficiente para a contratação de planos de alto padrão. Com isso, os e as trabalhadores/as que ganham a vida na informalidade dependem do SUS para casos graves da doença, estando por isso mais sujeitos a sofrer as consequências das crises de oferta de leitos de UTI nos momentos de pico da doença, quando as taxas de mortalidade aumentam.

Invisibilidade

A pandemia abriu os olhos de vastos segmentos da população (em particular as classes médias e superiores) para uma infinidade de ocupações antes invisíveis, ou que eram tratadas como resíduo da dinâmica social mais geral, lugar subordinado onde as classes subalternas construía suas estratégias de sobrevivência, longe da “economia real”. Entregadores, motoristas e outros prestadores de serviços por aplicativos se tornaram, do dia para a noite, essenciais à sobrevivência dos que se viram obrigados a se trancafiar em casa. Empregadas/os domésticos/as despovoaram os lares das classes mais abonadas, “obrigando” mães a cuidar de seus filhos, limpar a casa e cozinhar enquanto mantinham seus empregos atuando em home office. Auxiliares de enfermagem, pessoal de apoio nos hospitais, trabalhadores de recepção e manutenção em condomínios, lixeiros, caixas e repositores de mercadorias em supermercado, atendentes de farmácia, e também cabeleireiros, manicures, barbeiros, e trabalhadores na construção civil,

¹³ https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/mortes-por-covid-19-tem-mais-relacao-com-autonomos-donas-de-casa-e-transporte-publico.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha (acessado em julho de 2022).

manutenção de edifícios e domicílios, eletricitistas, bombeiros hidráulicos... É imensa a lista de pessoas que, na pandemia, por suas ocupações precárias, mal remuneradas, insalubres e arriscadas, se revelaram essenciais à nossa vida cotidiana, porque, de uma hora para outra, não estavam mais lá.

Essa foi uma consequência não antecipada da pandemia. Revelar, na prática e com alto grau de tragédia, a inescapável interdependência entre nós decorrente da divisão social do trabalho. Numa sociedade de serviços (com prevalência dos serviços pessoais) esse fenômeno ganha feição renovada, porque a interdependência se torna explícita e tem rosto. Você precisa ligar para (ou acionar o app da empresa) que intermedia a entrega da pizza, precisa receber o entregador em casa, pagar pelo serviço, dar uma gorjeta... É claro que a pandemia não inaugurou os serviços de delivery, mas a higienização obrigatória do que vem da rua não deixa dúvidas: aquela pessoa que nos serviu e de quem dependemos pode ser o veículo da doença que pode nos matar. Dependência mortal e inescapável.

Numa vida “normal” a divisão do trabalho é “taken for granted”. É algo da natureza das coisas, ninguém se pergunta por que fulano está fazendo esse serviço e não outro¹⁴. Pode, quando muito, ter ideias sobre a competência ou incompetência da pessoa quando o curso “normal” da relação de prestação de serviço é quebrado por algo que a leve a reclamar do serviço, querer ver outra pessoa no lugar etc. Mas ninguém diz: ah, vou tomar o lugar dessa pessoa e fazer o trabalho por ela. A reclamação em geral espera que alguém com competência para aquela função substitua a que motivou a queixa ou reclamação. Numa vida “normal”, nossa expectativa não vai além de que o caixa do supermercado faça com celeridade a leitura das mercadorias no leitor de código de barras e eventualmente nos ajude a ensacar as compras. Mas agora esperamos muito mais dessa pessoa. Esperamos que desinfete suas mãos antes de começar a nos atender, que esteja devidamente protegida com máscara e eventualmente luvas, que não nos toque, que não tussa ou espirre... São expectativas que *visibilizam* uma pessoa antes elemento da paisagem do supermercado. O que a pessoa faz, o modo como faz, como desempenha sua função, passa a ser objeto de nosso escrutínio atento e, talvez, tenso, muitas vezes paranoico.

¹⁴ Giddens (1991) cunhou o termo “sistemas peritos” para dar sentido ao caráter naturalizado da divisão do trabalho. Todos nós simplesmente confiamos que as pessoas farão o que têm que fazer, já que ocupam o lugar que ocupam. Isso vale igualmente para o piloto de avião e para o caixa de supermercado.

A mútua tensão e mesmo a paranoia nos encontros cotidianos entre nós e as pessoas que desempenham seus trabalhos para nos servir são a expressão mais saliente da inescapável teia de interdependência em que estamos enredados, e deveria ensinar humildade a todos os que dependemos desses serviços tidos como subalternos e não qualificados. Se hospitalizados, nossas vidas estarão nas mãos de enfermeiros e auxiliares de enfermagem com rendas médias de R\$3.800 e R\$2.000 respectivamente, segundo a PNAD Contínua 2020-3. Suas vidas estão em risco por salários muito baixos.

Ainda mais: estudo recente realizado por pesquisadores da REMIR-Trabalho junto a 270 entregadores ciclistas e motociclistas de várias cidades do Brasil revelou a deterioração das condições de trabalho e renda dos prestadores de serviços por plataformas digitais, os chamados “trabalhadores de ou por aplicativos”, ou uberizados (Abílio et al. 2020). O desemprego, o baixo valor do auxílio emergencial, a necessidade de obtenção de renda e meios de vida em meio à crise aumentaram muito o número de pessoas prestando esse tipo de serviço (tb. Lapa, 2021).

O aumento da oferta de mão de obra resultou em perda acentuada de renda. Antes da chegada do novo coronavírus, 47,4% dos entregadores entrevistados ganhavam até R\$520 semanais. Com a chegada da pandemia a proporção subiu para 71,9% (Abílio, 2020: 594), e nada menos que 59% deles declararam perda de renda com a pandemia, embora a imensa maioria tenha aumentado muito as horas trabalhadas. Cerca de 62% disseram trabalhar 9 horas por dia ou mais, quando antes da pandemia esse valor era de 55%. E 57% disseram trabalhar 7 dias por semana. A queda na renda foi maior entre aqueles que trabalham mais horas por dia e mais dias por semana.

Estudo realizado pela Aliança Bike em 2019 junto a uma amostra de 270 entregadores ciclistas por aplicativos, representativo dessa população na cidade de São Paulo, trouxe outras informações relevantes. Sessenta por cento dos entrevistados declararam que se tornaram entregadores de aplicativos por estarem desempregados. Apenas 22% tinham na atividade o seu primeiro emprego. Pretos e pardos eram 71% deles, e 78% tinham entre 16 e 27 anos de idade (Abílio, 2020: 592)¹⁵.

Tabulei os microdados para este estudo, e encontrei que, se nos ativermos à faixa etária de 18 a 30 anos, que inclui 76% dos entregadores, a proporção com até ensino fundamental de escolaridade era de 45%, e 52% tinham ensino médio. Na cidade de São

¹⁵ No texto de Ludmila Abílio constam 73% nessa faixa etária, mas tabulando diretamente os microdados encontra-se o valor que anoto no texto. A informação sobre primeiro emprego foi extraída do banco de dados da pesquisa para este estudo.

Paulo a proporção de homens na mesma faixa etária com até ensino fundamental completo era de apenas 8,2%, e 56% tinham ensino médio completo ou incompleto¹⁶. Os entregadores em bicicleta eram proporcionalmente mais negros e pardos do que a população paulistana, e muito menos escolarizados. Perfil típico de trabalhadores informais, cuja qualificação dificulta a obtenção de ocupações assalariadas.

O substancial aumento de ocupados nessa atividade durante a pandemia, diante do escasseamento dos empregos e a insuficiência do auxílio emergencial, mostrou que os serviços de entrega se tornaram essenciais à vida cotidiana das pessoas que tentam manter o isolamento social, mas ao preço do aumento da precariedade e da vulnerabilidade social desses trabalhadores.

Segunda Parte: Mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro na pandemia

As tabelas 1 e 2 apresentam os primeiros dados relevantes da dinâmica do mercado de trabalho fluminense durante e depois da pandemia. Por questões de espaço selecionei três trimestres para análise: o primeiro e o quarto trimestres de 2020, para mensurar o impacto direto da pandemia na força de trabalho, e o quarto trimestre de 2021, quando a economia havia retomado quase todas as suas atividades.

A primeira constatação relevante é que os impactos da Covid-19 sobre a população trabalhadora fluminense foram distintos para homens e mulheres e, também, segundo as regiões escolhidas para análise. Tomando-se a condição das pessoas na força de trabalho (Tabela 1), grosso modo, os homens foram mais afetados na área metropolitana do Rio, incluindo a capital (perda de 5,5 pontos percentuais em taxa de participação), e menos no interior do Estado (3,1 pontos percentuais a menos), enquanto as mulheres da capital se deram pior do que as da RM e as moradoras do interior do Estado. Note-se que a participação das mulheres na força de trabalho decresce à medida que nos distanciamos da capital: no primeiro trimestre de 2020, a taxa de participação delas foi de 53,2% na capital, contra 47,5% no interior do Estado. No quarto trimestre de 2020 essa taxa havia caído para 47,2% (ou 6 pontos percentuais), e para 43,8% no interior do Estado (ou 3,7 pontos percentuais, mesma variação da região metropolitana sem a capital). E chama a

¹⁶ Dados da PNAD-Contínua 2020-3 tabulados para este estudo. Lapa (2021: 10) encontrou 40,6% de entregadores e motoboys com até ensino fundamental completo (inclui médio incompleto), e 48% com médio completo no Brasil como um todo.

atenção a maior capacidade do interior e da RM sem a capital se recuperarem no pós-pandemia, algo que ocorreu a taxa notavelmente superior à capital, tanto para homens quanto para mulheres, embora no caso delas a recuperação tenha sido ainda mais acentuada. Em termos médios, a recuperação deles foi de 3,1% (chegando a 6,4% na RM sem capital), e a delas, 4,1%, sendo que no interior chegou a 8%.

Tabela 1
Condição na força de trabalho, por sexo e região geográfica
Rio de Janeiro, 2020-2021 (em %)

Período	Região	Condição na FT		
		Prop. de homens na FT	Prop. de mulheres na FT	Prop. da pop. total na FT
1º trim 2020	Capital Região	71,6	53,2	61,4
	Metropolitana sem a capital	68,8	49,6	58,4
	Resto do Estado RJ	68,8	47,5	57,6
	Todo o Estado	69,9	50,5	59,4
4º trim 2020	Capital Região	66,1	47,2	55,7
	Metropolitana sem a capital	63,3	45,9	53,7
	Resto do Estado RJ	65,7	43,8	54,0
	Todo o Estado	65,0	45,8	54,5
4º trim 2021	Capital Região	72,3	53,9	62,3
	Metropolitana sem a capital	73,2	52,0	61,8
	Resto do Estado RJ	70,3	51,4	60,4
	Todo o Estado	72,0	52,6	61,6

Fonte: microdados da PNAD-C

A queda na taxa de participação na força de trabalho (também referida como taxa de atividade) faria esperar uma redução na taxa de desemprego. Mas isso não ocorreu, ainda que tenha sido grande a proporção de mulheres que deixou a força de trabalho para cuidar de familiares durante a pandemia, tornando-se inativas do ponto de vista das estatísticas do mercado de trabalho. Enquanto inativas, deixam de pressionar as taxas de desemprego, definidas como a proporção de pessoas que tomou alguma providência para conseguir trabalho no período de referência das pesquisas de emprego. Ainda assim, entre as mulheres o crescimento da taxa média de desemprego no Estado foi de 24% (de 17,9%

para 22,2%), contra 46% (de 11,6% para 16,9%). Note-se que a taxa era muito alta para elas já no primeiro trimestre de 2020, atingindo mais de uma em cada 5 mulheres no quarto trimestre de 2020. Aqui também houve diferenças expressivas segundo as regiões analisadas. Assim como a queda na taxa de atividade, entre os homens o desemprego foi mais acentuado na RM sem a capital (crescimento de quase 54% em relação ao primeiro trimestre de 2020), seguindo-se o interior e então a capital, mesmo movimento encontrado entre as mulheres. E tal como ocorreu com a taxa de atividade, no quarto trimestre de 2021 a taxa de desemprego já havia voltado aos patamares de antes da pandemia, na verdade com leve melhora geral em todas as regiões, exceto no caso das mulheres do interior do Estado. As taxas de ocupação também se recuperaram, com a mesma exceção no caso das mulheres.

Tabela 2
Condição de ocupação, por sexo e região geográfica
Rio de Janeiro, 2020-2021 (em %)

Período	Região	Condição de ocupação					
		Homens ocupados	Homens desempreg.	Mulheres ocupadas	Mulheres desempreg.	Pessoas ocupadas	Pessoas desempreg.
1º trim 2020	Capital Região	90,0	10,0	83,7	16,3	87,0	13,0
	Metropolitana sem a capital	86,2	13,8	79,3	20,7	83,0	17,0
	Resto do Estado RJ	88,8	11,2	83,2	16,8	86,4	13,6
	Todo o Estado	88,4	11,6	82,1	17,9	85,5	14,5
4º trim 2020	Capital Região	85,9	14,1	82,4	17,6	84,2	15,8
	Metropolitana sem a capital	78,8	21,2	71,3	28,7	75,3	24,7
	Resto do Estado RJ	84,2	15,8	79,2	20,8	82,0	18,0
	Todo o Estado	83,1	16,9	77,8	22,2	80,6	19,4
4º trim 2021	Capital Região	90,2	9,8	85,6	14,4	88,1	11,9
	Metropolitana sem a capital	86,4	13,6	79,4	20,6	83,2	16,8
	Resto do Estado RJ	89,2	10,8	81,4	18,6	85,7	14,3
	Todo o Estado	88,6	11,4	82,4	17,6	85,8	14,2

Fonte: Microdados da PNAD-C

A Tabela 3 revela que o Estado do Rio de Janeiro acompanhou a tendência do Brasil como um todo. Contudo, as taxas de participação na força de trabalho e de

ocupação nas três regiões do Estado ficaram sempre, e sistematicamente, abaixo das do país. Do mesmo modo, as taxas de desemprego de homens e mulheres foram maiores no Rio do que no Brasil, e a recuperação pós pandemia também foi levemente mais favorável no país, comparando-se com as regiões do Rio, com raras exceções.

Tabela 3
Taxa de atividade e condição de ocupação de homens e mulheres
Brasil, 2020-2021 (em %)

Condição	1º trim 2020		4º trim 2020		4º trim 2021	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Pessoas na força de trabalho (taxa de atividade)	70,8	52,1	66,9	47,8	72,7	53,1
Pessoas ocupadas	89,6	85,5	88,1	83,6	91,0	86,1
Pessoas desocupadas	10,4	14,5	11,9	16,4	9,0	13,9

Fonte: microdados da PNAD-C

Ou seja, a pandemia impactou negativamente a taxa de atividade de homens e mulheres, que caíram acentuadamente, sem que essa queda, contudo, atenuasse o desemprego, cujas taxas para ambos os sexos também se elevaram de forma expressiva, enquanto a taxa de ocupação caiu na proporção inversa. E o mercado de trabalho do Rio mostrou-se mais sensível ao choque da pandemia, sofrendo mais suas consequências do que o Brasil como um todo, e sendo menos resiliente na retomada, já que recuperou as taxas de antes da pandemia e até as ultrapassou, mas num patamar inferior ao do país. Chama a atenção, por seu caráter desviante, a maior sensibilidade do mercado de trabalho da RM sem a capital. Foi ali que o desemprego cresceu mais durante a pandemia (45,4%), e foi ali também que a taxa caiu de forma mais impressionante (32%). Vejamos se há algo na configuração do mercado de trabalho nessa região que permita levantar hipóteses explicativas.

A Tabela 4 oferece elementos para uma possível explicação. Ela mostra a condição de atividade e a posição na ocupação da população do Estado do Rio de Janeiro nos três trimestres que elegi para esta análise. As estatísticas apresentadas se referem ao total da população do Estado. A tabela permite inferir que o mercado de trabalho da RM sem a capital é bem mais flexível do que o das outras duas regiões. Para começar, a proporção de pessoas ocupadas formalmente antes da pandemia era substancialmente menor do que na capital, e um pouco menor do que no interior. A proporção ocupada informalmente e aquela fora da força de trabalho (inativa) eram equivalentes às do interior, mas mais altas do que a da capital. E a proporção de desempregados também era bem superior na RM sem a capital.

Ao final de 2020, a sensibilidade do mercado de trabalho metropolitano detectada antes ganha maior clareza. É nessa região que ocorreu a maior perda de empregos formais: 26,2%, contra 23% na capital e apenas 5% no interior. A perda de ocupações informais também foi expressiva, 26%, contra 11% na capital, ainda que no interior a perda tenha

sido alta, de 30%. Note-se que, em particular no caso dos homens, parte do ajuste na crise se deu pela saída deles do mercado de trabalho em proporção maior na RM sem a capital do que nas duas outras regiões, de modo que a soma de desemprego, desalento e inatividade chegou a 50% dos homens ocupados nessa região no final do primeiro ano da pandemia, contra 41% no primeiro trimestre de 2020.

Mas é na retomada pós pandemia que a flexibilidade da RM sem a capital fica mais evidente. No caso dos homens, as ocupações formais apresentaram crescimento de 22% nessa região, na comparação entre o quarto trimestre de 2020 e o quarto de 2021, contra 16% na capital e apenas 6% no interior. Destaque-se ainda o crescimento expressivo da ocupação informal, 38% contra apenas 15% na capital e 32% no interior. E observe-se que a soma de inatividade, desalento e desemprego ficou perto de 36% (contra os 50% pandêmicos). No caso das mulheres o movimento foi muito semelhante, porém a taxas mais altas de inatividade. Isso quer dizer que o mercado de trabalho dessa sub-região é capaz, em termos relativos, de responder mais rapidamente a um choque como a pandemia, reduzindo espaços de inserção ocupacional com grande agilidade, e repondo-os também com maior rapidez no momento da retomada.

Tabela 4
Condição e posição na ocupação segundo sexo e regiões seleccionadas
Rio de Janeiro, 2020-2021 (em %)

Sexo	Condição de ocupação	1º trim 2020				4º trim 2020				4º trim 2021			
		Capital	Reg. Met. sem a capital	Resto do Estado RJ	Total do Estado	Capital	Reg. Met. sem a capital	Resto do Estado RJ	Total do Estado	Capital	Reg. Met. sem a capital	Resto do Estado RJ	Total do Estado
Homem	Ocupado/a formalmente	41,6	35,7	36,7	38,2	36,2	29,9	34,9	33,7	42,0	36,5	36,9	38,2
	Ocupado/a informalmente	20,0	21,6	21,9	21,1	17,9	18,2	17,5	17,9	20,6	25,2	23,1	21,1
	Empregador/a	2,8	2,0	2,5	2,5	2,7	1,8	3,0	2,4	2,6	1,5	2,7	2,5
	Desempregado/a	7,2	9,5	7,7	8,1	9,3	13,4	10,4	11,0	7,1	10,0	7,6	8,1
	Desalentado/a	,5	,7	,6	,6	1,8	1,1	1,0	1,4	,8	1,0	1,1	,6
	Fora da força de trabalho	27,9	30,5	30,6	29,5	32,1	35,6	33,2	33,6	26,9	25,8	28,6	29,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher	Ocupado/a formalmente	26,6	21,5	23,8	24,2	25,3	18,5	21,3	21,9	30,0	22,2	24,3	24,2
	Ocupado/a informalmente	16,5	16,7	14,5	16,1	12,4	13,3	12,3	12,7	15,0	18,4	16,5	16,1
	Empregador/a	1,4	1,1	1,2	1,2	1,2	,9	1,1	1,1	1,1	,7	1,1	1,2
	Desempregado/a	8,7	10,3	8,0	9,0	8,3	13,1	9,1	10,2	7,8	10,7	9,5	9,0
	Desalentado/a	,7	,8	,9	,8	1,3	1,4	1,6	1,4	,6	1,6	1,3	,8
	Fora da força de trabalho	46,1	49,6	51,6	48,7	51,5	52,7	54,6	52,7	45,5	46,4	47,3	48,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados da PNAD-C

A comparação com o Brasil (Tabela 5) revela que o mercado de trabalho fluminense estava um pouco melhor estruturado do que o brasileiro no início da pandemia, em particular no caso dos homens. Entre eles era maior a proporção de trabalhadores formais, e entre as mulheres este era o caso apenas na capital. Além disso, tanto elas quanto eles estavam proporcionalmente mais fora da força de trabalho do que no Brasil como um todo, algo que deve ser creditado sobretudo ao fato de que o Rio tem uma das mais altas médias de idade do país, com grande proporção de aposentados/as fora da força de trabalho.

Salta aos olhos, também, o menor impacto médio da pandemia sobre os indicadores do mercado de trabalho no país, em comparação com o Rio, em suas três regiões. Não houve quedas espetaculares de ocupação formal ou informal, nem tampouco grande aumento do desemprego, como ocorreu no Rio. Diferença importante é que a proporção de desalentados no Brasil é mais de 3 vezes a do Rio de Janeiro, e não

apresentou saltos expressivos na pandemia. No Estado, a perda do emprego engrossa ou as fileiras do desemprego, ou as da informalidade, ou as da inatividade, e não as do desalento.

Tabela 5
Condição e posição na ocupação, segundo o sexo
Brasil, 2020-2021 (em %)

Condição e posição na ocupação	1º trim 2020		4º trim 2020		4º trim 2021	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Ocupado/a formalmente	34,9	25,3	32,6	23,1	36,2	25,8
Ocupado/a informalmente	24,8	17,8	23,0	15,6	26,6	18,6
Empregador/a	3,8	1,4	3,4	1,2	3,3	1,3
Desempregado/a	7,3	7,6	7,9	7,9	6,6	7,4
Desalentado/a	2,7	2,9	3,1	3,4	2,5	3,1
Fora da força de trabalho	26,6	45,0	30,0	48,7	24,8	43,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados da PNAD-C

Outra maneira de analisar a flexibilidade dos mercados de trabalho em sua resposta a choques é pela inquirição dos padrões de mobilidade entre condições e posições na ocupação ao longo do tempo. A PNAD-C permite esse tipo de investigação, já que entrevista os domicílios da amostra rotativa por cinco trimestres consecutivos. Se as mesmas pessoas permanecem nos domicílios por esse período, é possível rastrear sua movimentação pelo mercado de trabalho. É possível analisar também a mobilidade de renda durante a pandemia e, com ela, as flutuações no padrão de vida nas ondas da pandemia e depois.

Iniciemos pela renda. A Tabela 6 apresenta a evolução da renda efetivamente recebida no trabalho principal no trimestre de referência, por sexo e região do Estado do Rio, e para o Brasil todo. Como era de se esperar, a renda média de homens e mulheres no Estado foi sempre maior do que a renda média no país. Mas essa diferença positiva só ocorre em função da grande diferença de rendimentos entre os/as trabalhadores/as da capital e os da RM sem capital e interior do Estado. A renda mais alta na capital puxa a média do Estado. Na verdade, a renda média nas duas regiões sem a capital é mais baixa do que a renda média do trabalho no país como um todo.

A outra constatação importante é a de que quase todos perderam poder de compra no período da pandemia (a exceção foram as mulheres nas três regiões do Estado), perda

que se aprofundou em 2021. Contudo, quem mais perdeu renda entre o primeiro trimestre de 2020 e o quarto trimestre de 2021 foram os trabalhadores homens da capital fluminense. A queda foi de 21,3%, seguida da perda de 20,9% no Estado do Rio como um todo. E quem menos perdeu foram as mulheres da capital (15%). A média de queda no Brasil foi de 17,2%, bem abaixo das perdas no Rio de Janeiro.

Tabela 6
Evolução da renda média efetiva real no trabalho principal, por sexo e regiões selecionadas
Rio de Janeiro e Brasil, 2020-2021 (em R\$)

Região	Sexo	1º trim 2020	4º trim 2020	4º trim 2021
Capital	Homem	5.713	4.815	4.501
	Mulher	4.183	4.379	3.555
	Total	5.008	4.616	4.071
Região Metropolitana sem a capital	Homem	3.089	3.040	2.448
	Mulher	2.476	2.535	2.008
	Total	2.819	2.816	2.258
Resto do Estado RJ	Homem	2.963	2.675	2.406
	Mulher	2.214	2.204	1.760
	Total	2.654	2.478	2.133
Total do Estado	Homem	4.110	3.662	3.251
	Mulher	3.153	3.247	2.601
	Total	3.687	3.479	2.966
Brasil todo	Homem	3.307	2.971	2.712
	Mulher	2.601	2.437	2.173
	Total	3.001	2.741	2.485

Fonte: microdados da PNAD-C
Renda deflacionada pelo IPCA, valores de fev. 2022

Mas a perda não ocorreu apenas em termos de renda média individual. Parte considerável *das famílias* das pessoas ocupadas no Estado do Rio de Janeiro viveu processo de mobilidade descendente na escala de rendimentos. Se tomarmos a distribuição da renda familiar em decis no primeiro trimestre de 2020 e compararmos com a distribuição da renda para as mesmas famílias no primeiro trimestre de 2021, teremos o cenário expresso na Tabela 7. A diagonal em negrito indica as famílias que permaneceram no mesmo decil de origem. Acima da diagonal estão as famílias que melhoraram sua posição entre uma ponta e outra do período, e abaixo, as que pioraram. Em média, 52% das famílias ficaram no mesmo lugar. Apenas 19% melhoraram. As demais, ou 29% do total para o Estado do Rio, viveram mobilidade descendente na escala de distribuição de renda.

Perdas e ganhos não estiveram equanimemente distribuídos segundo os decis. As famílias que mais perderam foram aquelas que estavam no 4º e no 6º decil no primeiro trimestre de 2020. No primeiro caso, 59% descenderam, um quarto tendo caído ao 1º decil da distribuição. No segundo caso, 46% descenderam, sendo que 2/5 passaram a figurar entre os 40% mais pobres. Descender foi menos provável entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. Um terço dos 10% mais pobres passou a figurar no 2º decil, e 1/3 dos 20% mais pobres também ascendeu, uma parte até o 7º decil. E as trocas entre os 20% mais ricos ficaram confinadas aos 3 decis mais elevados. Em suma, a pandemia afetou mais fortemente as famílias nos decis médios de renda, sendo menos sentida entre os mais ricos e os muito pobres.

Tabela 7
Mobilidade de renda familiar, por decis da renda total familiar proveniente do trabalho
Estado do Rio de Janeiro, 2020-2021 (em %)

1º trim 2020	1º trim 2021										Total
	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
10	45,4	34,0	8,1	4,3	3,8	1,5	1,9	,4	,6		100,0
20	7,7	67,2	13,3	1,7	1,6		4,6	1,6	2,3		100,0
30	5,8	14,0	58,3	8,7	3,3	9,7		,2			100,0
40	24,7	27,3	6,9	23,3	7,9	1,7	5,2	1,1	1,9		100,0
50	1,5	9,9	9,7	7,1	31,9	35,0	3,8	,7	,4		100,0
60	8,9	4,0	11,1	13,5	6,7	25,5	15,7	11,8	2,8		100,0
70	1,5	5,6	,9	5,7	5,1	22,7	49,2	5,7	3,4		100,0
80	4,0	2,9	1,9	3,2	6,3	6,0	14,7	46,1	12,3	2,6	100,0
90	1,5	1,1	1,0		1,0	2,5	8,9	19,3	57,0	7,8	100,0
100						,4	1,6	4,2	15,5	78,2	100,0
	8,7	11,8	8,5	5,3	5,8	9,1	9,8	9,7	11,9	19,4	100,0

Fonte: microdados da PNAD-C

A Tabela 8 traz a mobilidade de renda familiar em decis, agora agregada para permitir comparação com o Brasil e entre as regiões do Rio de Janeiro. Separei a informação, também, por famílias chefiadas por homens ou mulheres. Em todos os casos, a probabilidade modal foi permanecer no mesmo decil entre um trimestre e outro. Mas há diferenças notáveis entre os que mudaram de posição. Primeiro, em qualquer caso foi maior a probabilidade de descender do que de ascender. A única exceção foram as famílias chefiadas por mulheres na RM sem a capital, onde uma em cada quatro famílias experimentaram mobilidade ascendente. Em segundo lugar, as maiores taxas de descenso ocorreram no interior do Estado do Rio, atingindo 1/3 das famílias chefiadas por homens

e 37% das chefiadas por mulheres. Em terceiro lugar, no Brasil como um todo os destinos das famílias foram indiferentes ao sexo de seus chefes: em torno de 30% descenderam, e em torno de ¼ ascenderam, e as pequenas diferenças encontradas não são estatisticamente representativas (teste de t para diferença nas distribuições). Deu-se algo bem distinto no Rio de Janeiro. No caso das famílias chefiadas por homens, a imobilidade foi maior na capital do que na RM sem a capital, e maior nesta do que no interior do Estado. E a queda na imobilidade teve como contrapartida o crescimento na proporção de famílias que descenderam: 23% na capital, 27% na RM sem a capital, e 33% no interior do Estado. Isso não ocorreu com as famílias chefiadas por mulheres, e isso se deve à exceção da RM sem a capital, onde a mobilidade ascendente supera a descendente. Contudo, essa está prejudicada por um coeficiente de variação muito alto, fruto do pequeno número de casos. O fato é que o destino mais provável de 1/3 das famílias chefiadas por mulheres no Estado como um todo foi a mobilidade descendente.

Tabela 8
Mobilidade de renda familiar total proveniente do trabalho, em decis, segundo famílias chefiadas por homens ou mulheres e regiões selecionadas.
Rio de Janeiro e Brasil, 2020-2021 (em %)

Famílias chefiadas por:	Mobilidade de renda	Capital	Região Metropolitana sem a capital	Resto do Estado RJ	Total RJ	Brasil todo
Homem	Descendente	23,3	26,8	33,0	26,4	29,6
	Imobilidade	60,9	52,2	50,0	56,0	44,1
	Ascendente	15,8	21,0	17,0	17,6	26,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher	Descendente	35,4	20,3	37,6	31,9	29,6
	Imobilidade	48,2	54,5	39,9	47,9	42,6
	Ascendente	16,4	25,2	22,5	20,2	27,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Descendente	28,4	24,3	35,0	28,7	29,6
	Imobilidade	55,6	53,1	45,6	52,6	43,4
	Ascendente	16,1	22,6	19,4	18,7	26,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados da PNAD-C

Seja como for, não deixa de chamar a atenção o fato de que, numa crise tão abrangente como a provocada pela pandemia —com impactos muito intensos nos mercados de trabalho, como apontado antes—, 70% ou mais das famílias, no Brasil e no Rio de Janeiro, tenham conseguido ou manter ou melhorar suas posições na distribuição da renda do trabalho entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. É

claro que isso se deu num contexto de queda geral da renda média proveniente do trabalho, como visto antes, e é provável que essa queda tenha sido mais intensa nos segmentos médios de renda, dado que as famílias no 4º e no 6º decis foram as que mais perderam posições relativas.

Mobilidade entre posições e condições de ocupação na pandemia

Voltando, então, à mobilidade entre posições dentro e fora do mercado de trabalho. A Tabela 9 traz os dados para o Brasil, comparando a condição da população como um todo no primeiro trimestre de 2020 com a do primeiro trimestre de 2021, distinguindo raça¹⁷ e sexo. Trata-se, como antes, das mesmas pessoas acompanhadas no tempo.

Como era de se esperar, entre os ocupados a posição com maior estabilidade relativa foi a de ocupados/as formais. Isso inclui servidores públicos (inclusive militares), assalariados com carteira e trabalhadores por conta própria contribuintes para a previdência social. Pelo menos 80% das pessoas nessa posição no primeiro trimestre de 2020 continuavam nela no primeiro trimestre de 2021. Em segundo lugar aparece, entre os ocupados, a posição de empregador, sobretudo entre os homens.

Há diferenças substanciais a salientar, segundo o sexo e a raça. A hierarquia de sobrevivência entre os ocupados formalmente é clara: primeiro, homens brancos (85% de sobrevivência); depois mulheres brancas (83%); então homens não brancos (82%) e mulheres não brancas (79%). Já entre os/as empregadores/as não ocorre a mesma coisa. Ainda há maior sobrevivência na posição por parte dos homens, mas os homens não-brancos sobrevivem mais do que as mulheres brancas (72% e 70% respectivamente), sendo as mulheres não-brancas as empregadoras menos capazes de permanecer na posição.

Outra diferença notável é que essa condição é bastante mais insegura para as mulheres não brancas do que para as brancas, pois elas perdem sua condição de empregadoras, em sua maioria (22%), para a condição “fora da força de trabalho”, ao passo que as mulheres brancas empregadoras, ao se mover, assumem principalmente uma ocupação informal. Apenas 8% delas deixam a força de trabalho.

¹⁷ Para garantir graus de liberdade e facilitar a visualização, agreguei a raça em apenas duas categorias: pessoas que se declararam brancas (que inclui raça ou cor amarela) e não-brancas (que inclui negros, pardos e indígenas). Essa classificação já se mostrou amplamente pertinente para análises estatísticas. Ver Cardoso (2016).

Tabela 9
Mobilidade entre condições de, e posições na ocupação entre 2020 e 2021, segundo
sexo e raça
Brasil

Posição na força de trabalho no primeiro trimestre de 2020			Posição na força de trabalho no primeiro trimestre de 2021					
			Ocupado formalmente	Ocupado informalmente	Empregador	Desempregado	Desalentado	Fora da força de trabalho
Não brancos	Homem	Ocupado formalmente	81,7	7,5	,6	5,0	,5	4,6
		Ocupado informalmente	11,0	64,1	,6	9,3	4,5	10,5
		Empregador	11,4	12,9	71,6	,7	,2	3,2
		Desempregado	12,9	24,5	,1	44,2	6,1	12,2
		Desalentado	2,3	21,9		16,8	32,0	27,1
		Fora da força de trabalho	2,1	6,6	,1	6,1	4,2	80,9
	Mulher	Ocupado formalmente	78,9	6,2	,2	6,1	1,1	7,5
		Ocupado informalmente	8,4	53,7	,3	10,8	4,3	22,5
		Empregador	5,8	11,4	53,7	3,2	3,6	22,3
		Desempregado	9,5	13,4	,1	46,3	6,0	24,7
		Desalentado	1,5	7,2		15,3	33,7	42,2
		Fora da força de trabalho	1,6	5,0	,1	4,8	3,7	84,9
Brancos	Homem	Ocupado formalmente	85,3	5,8	1,2	3,1	,2	4,5
		Ocupado informalmente	13,5	68,0	,9	5,7	1,9	9,9
		Empregador	5,5	8,0	82,1	1,3	,2	3,0
		Desempregado	13,3	15,5	,2	49,4	6,2	15,3
		Desalentado	1,6	12,3	1,3	20,2	38,1	26,5
		Fora da força de trabalho	3,8	4,5	,1	3,4	1,8	86,4
	Mulher	Ocupado formalmente	82,6	5,1	,7	4,2	,5	6,9
		Ocupado informalmente	8,8	53,6	,4	13,4	1,8	21,9
		Empregador	6,3	15,7	69,8	,4		7,8
		Desempregado	13,0	17,0		44,5	4,6	20,8
		Desalentado	3,6	8,8		12,1	36,1	39,4
		Fora da força de trabalho	1,8	4,2	,1	2,9	1,7	89,3

Fonte: microdados da PNAD-C

No caso do Estado do Rio, são os homens negros empregadores que têm maior insegurança de status ocupacional, e não as mulheres (Tabela 10). De todo modo, à

exceção desse caso, as posições ocupacionais no Rio são significativamente mais estáveis do que no resto do país. Por exemplo, enquanto no Rio os homens brancos formalmente empregados no primeiro trimestre de 2020 estavam nesta mesma posição em 91% dos casos, no Brasil a proporção foi de 85%. Entre as mulheres as proporções foram 87% e 83% respectivamente. A ocupação informal também era substancialmente mais estável, por exemplo, para os homens brancos: 75% mantiveram suas posições de um trimestre a outro no Rio, contra 68% no Brasil. Entre os homens não-brancos as proporções foram de 72% e 64%, respectivamente. É bom salientar que os homens brancos, quando deixam sua ocupação informal no Brasil, vão em sua maioria (13,5%) para uma ocupação formal, ao passo que, no Rio, o destino mais provável (10%) é o desemprego. A proporção é ainda maior para os homens não brancos. Dos 28% que se movem para fora da posição informal, 14% vão para o desemprego, comparando com 9% dos brasileiros não brancos. Assim também a migração de uma posição formal para uma informal, conquanto não muito intensa, foi maior no Brasil do que no Rio. Isto é, houve maior circulação entre posições formais e informais no Brasil por comparação com o Rio de Janeiro, o que é mesmo que dizer que, no Estado, esses dois circuitos se mostraram mais segmentados.

Outra coisa que distingue fortemente o Rio de Janeiro do resto do país é a maior estabilidade da condição “fora da força de trabalho”, tanto para homens quanto para mulheres. Mais uma vez isso deve estar refletindo o fato de que a população fluminense é mais velha do que a média do país. Assim, se no Brasil a estabilidade nessa condição está na casa dos 80% para os diferentes grupos de cor e sexo, no Rio está na dos 90%, chegando a 95% no caso dos homens brancos.

E o Rio é distinto, também, por apresentar maior estabilidade nas condições de desempregado e desalentado. Aqui as diferenças são expressivas em comparação com o Brasil. Enquanto no país a probabilidade de um homem não branco estar desempregado nas duas pontas do período era inferior a 45%, no Rio a proporção era 20 pontos percentuais mais alta (64%). Entre as mulheres não brancas os valores foram de 46% e 65% respectivamente (mesmos 20 pontos percentuais de diferença). Para os homens brancos a diferença era ainda maior, 50% contra 82%, respectivamente. E um escrutínio mais detido encontrará que essa taxa alta de permanência é puxada pela RM sem a capital, onde 95% dos desempregados no primeiro trimestre de 2020 continuavam nessa condição quatro trimestres depois.

Por fim, no Rio repete-se a mesma hierarquia de sobrevivência na posição de ocupados formalmente: homens e mulheres brancos/as, seguidos de homens e mulheres

não brancos/as, só que, como visto, com taxas mais altas de sobrevivência do que no Brasil como um todo.

Tabela 10
Mobilidade entre condições de, e posições na ocupação entre 2020 e 2021, segundo
sexo e raça
Estado do Rio de Janeiro

Posição na força de trabalho no primeiro trimestre de 2020			Posição na força de trabalho no primeiro trimestre de 2021					Fora da força de trabalho
			Ocupado/a formalmente	Ocupado/a informalmente	Empregador/a	Desempregado/a	Desalentado/a	
Não brancos	Homem	Ocupado/a formalmente	84,7	5,0		4,4	,6	5,2
		Ocupado/a informalmente	3,9	71,9		14,0	1,0	9,2
		Empregador/a		46,2	53,8			
		Desempregado/a	5,0	15,6		64,4	1,3	13,7
		Desalentado/a					47,8	52,2
		Fora da força de trabalho	,4	2,9	,6	3,7	,5	91,9
	Mulher	Ocupado/a formalmente	79,2	3,5		4,7	,3	12,2
		Ocupado/a informalmente	4,8	60,6		11,5	1,8	21,3
		Empregador/a		13,7	62,6			7,6
		Desempregado/a	5,3	5,0		65,2	4,6	19,9
Desalentado/a					20,3	57,5	22,2	
	Fora da força de trabalho	2,2	1,2		3,2	,3	93,2	
Brancos	Homem	Ocupado/a formalmente	90,7	3,3		3,0	,2	2,8
		Ocupado/a informalmente	3,4	72,9	1,8	9,7	1,9	10,3
		Empregador/a	2,7	17,1	74,8			5,4
		Desempregado/a	2,5	6,3		81,9	4,9	4,4
		Desalentado/a				45,9	37,4	16,7
		Fora da força de trabalho	,4	2,2		2,1	,1	95,2
	Mulher	Ocupado/a formalmente	86,8	3,0		1,3		8,8
		Ocupado/a informalmente	4,3	37,6	,6	38,2	1,7	17,6
		Empregador/a	5,1	18,8	65,0			11,1
		Desempregado/a	5,1	9,6		63,9		21,4
Desalentado/a		15,4	6,9			36,8	41,0	
	Fora da força de trabalho	,9	12,3	,3	1,7	,3	84,5	

Fonte: microdados da PNAD-C

Mas até que ponto essas taxas de mobilidade e imobilidade são devidas à pandemia, e até que ponto são uma característica dos mercados de trabalho do Rio de Janeiro? Vimos que, ao final de 2021, muitas das condições encontradas no primeiro trimestre de 2020 e que se haviam deteriorado ao longo desse ano foram repostas, algumas em melhores condições. À exceção da renda, que apresentou piora constante, os demais indicadores, como taxa de participação, taxa de desemprego e taxa de ocupação voltaram aos patamares de antes da pandemia. Até que ponto isso afetou as chances de mobilidade entre condições e posições de ocupação?

A Tabela 11 apresenta dados para possíveis respostas. Desde logo, salta aos olhos o forte aumento da estabilidade das posições dos ocupados. Homens e mulheres, brancos e não brancos ocupados formalmente no primeiro trimestre de 2021 estavam nessa posição, no final do período, em muito maior proporção do que no período anterior. Homens não brancos ficaram estáveis em suas ocupações formais entre 2020 e 2021 em 85% dos casos, mas entre o primeiro e o último trimestres de 2021 a taxa de permanência chegou a 93%. A diferença no caso das mulheres não brancas foi ainda mais expressiva, de 79% para 95%. No caso dos homens brancos as diferenças não são estatisticamente significativas, mas entre as mulheres brancas a estabilidade nessa posição passou de 87% para 94%. É notável também o aumento substancial da taxa de permanência na condição de ocupado informalmente, em particular no caso de homens e mulheres não brancos/as. No período da pandemia a taxa de permanência na posição foi de 72% e 61% respectivamente, contra 86% e 85% respectivamente. Isto é, as mulheres não brancas ficaram 40% mais estáveis com a retomada da atividade econômica iniciada em fins de 2021. Vale lembrar que, na pandemia, a perda de uma posição informal no Rio resultou, em grande proporção, em desemprego e/ou desalento, e na verdade uma parcela significativa das mulheres ocupadas informalmente no Estado deixou a força de trabalho. Na retomada de 2021 esse destino dos que deixaram a informalidade tornou-se residual. Apenas 2% dos homens não brancos que migraram para fora da informalidade foram para o desemprego em 2021, contra 14% durante a pandemia. Entre as mulheres não brancas as taxas foram de 3,5% e 11,5% respectivamente. Entre os homens brancos, de 6,7% e 9,7%, e entre as mulheres, de 3,2% e espantosos 38%, respectivamente, se bem que esta última estatística apresentou coeficiente de variação muito alto, em função do pequeno número de casos. Cabe notar ainda a enorme estabilidade da condição de empregadores, tanto para homens quanto para mulheres, chegando a 100% no caso de pessoas brancas de ambos os sexos.

Tabela 11
Mobilidade entre condições de (e posições na) ocupação em 2021, segundo sexo e
raça
Estado do Rio de Janeiro

Posição na força de trabalho no primeiro trimestre de 2021			Posição na força de trabalho no quarto trimestre de 2021					
			Ocupado formalmente	Ocupado informalmente	Empregador	Desempregado	Desalentado	Fora da força de trabalho
Não brancos	Homem	Ocupado/a formalmente	92,8	3,0		2,9		1,2
		Ocupado/a informalmente	9,7	86,2	,3	1,9	,5	1,4
		Empregador/a	4,4	10,9	84,7			
		Desempregado/a	13,0	20,3		63,1	1,1	2,4
		Desalentado/a		47,0			42,2	10,8
		Fora da força de trabalho	1,8	3,9		1,8	1,8	90,8
	Mulher	Ocupado/a formalmente	95,1	2,4		,3		2,2
		Ocupado/a informalmente	6,8	85,3		3,5	,4	3,9
		Empregador/a	13,4	9,0	77,7			
		Desempregado/a	4,9	8,5		69,3	2,2	15,1
		Desalentado/a				12,9	87,1	
		Fora da força de trabalho	,8	2,6	,4	1,4	,5	94,4
Branco	Homem	Ocupado/a formalmente	89,8	1,7		7,6	,1	,7
		Ocupado/a informalmente	8,6	72,0		6,7		12,7
		Empregador/a			100,0			
		Desempregado/a	7,7	21,0		50,7	3,3	17,3
		Desalentado/a				31,9	52,3	15,9
		Fora da força de trabalho	,5	8,5		1,5	1,1	88,4
	Mulher	Ocupado/a formalmente	93,5	1,8	1,0	1,8		1,9
		Ocupado/a informalmente	9,4	81,6	,6	3,2		5,2
		Empregador/a			100,0			
		Desempregado/a	6,8	10,8		74,3		8,1
		Desalentado/a	17,6	5,1			69,4	8,0
		Fora da força de trabalho	,6	1,6		1,3	,2	96,3

Fonte: microdados da PNAD-C

Conclusão

Temos, então, o seguinte quadro: na retomada das atividades econômicas pós-pandemia, o mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro se recompôs rapidamente, e as posições na ocupação, que —como fica claro a partir dos dados da Tabela 11—, se haviam tornado muito fluidas e inseguras, ganharam maior estabilidade, num cenário de recuperação do emprego. Por seu lado, as condições de desemprego, desalento e fora da força de trabalho passaram a alimentar as posições no mercado de trabalho, que acolheu esses reentrantes em grandes proporções. E isso se deu numa situação de perda substancial da renda efetiva do trabalho principal.

Todos esses elementos configuram um mercado de trabalho altamente flexível, com grande capacidade de se adaptar a um choque da magnitude da pandemia, ao custo, porém, da saída expressiva de pessoas da força de trabalho, do aumento do desemprego e do desalento e, uma vez mais, da queda na renda.

O mercado de trabalho fluminense mostrou-se muito diverso, levando-se em conta as três regiões artificialmente criadas para esta análise e o sexo dos moradores do Estado. A análise permite ressaltar os seguintes pontos:

1. A capital foi o mercado de trabalho que mais sofreu durante a pandemia. Mais homens e mulheres deixaram a força de trabalho do que na RM e no interior do Estado, e essas duas regiões se recuperaram mais rapidamente em 2021.
2. O desemprego cresceu para homens e mulheres, e foi mais intenso na RM e no interior do que na capital.
3. Os indicadores acima foram piores no Rio do que no resto do país: maior queda na taxa de participação, maiores taxas de desemprego e menor taxa de recuperação pós-pandemia do que a média do Brasil como um todo.
4. O mercado de trabalho da RM sem a capital mostrou-se bastante mais flexível do que os das outras duas regiões. Os empregos foram perdidos em maior quantidade, tanto formais quanto informais, e a recuperação desses empregos também foi mais intensa na RM.
5. O Rio se desempenhou pior do que o Brasil nesses quesitos: houve mais perda de empregos formais e informais no Estado. E uma diferença digna de nota é que a perda de um emprego, no Estado do Rio, engrossa as fileiras do desemprego, da informalidade e da inatividade, ao passo que no Brasil cresceu mais o desalento.

6. A renda média no Rio é mais alta do que no Brasil como um todo, e isso se deve à maior renda na capital, que puxa a média do Estado. Tomando-se apenas a RM sem capital e o interior do Estado a renda média é menor do que a do país.
7. Quem mais perdeu renda na pandemia foram os homens da capital (21% no período).
8. A renda familiar média também caiu na pandemia, e 29% das famílias tiveram mobilidade descendente na escala de rendimentos. Ainda assim, 70% ou ficaram no mesmo lugar (52%) ou ascenderam (19%). E as famílias que mais descenderam foram as dos decis de renda média (4º e 6º).
9. A mobilidade ascendente de renda foi maior no Brasil do que no Rio, e a descendente foi semelhante.
10. As posições ocupacionais, tanto as formais quanto as informais, são mais estáveis no Rio do que no resto do país, e há uma hierarquia na sobrevivência numa ocupação formal: homens brancos, mulheres brancas, homens não-brancos, mulheres não-brancas, nessa ordem.
11. A condição de desempregado na pandemia foi muito mais estável no Rio do que no Brasil, tanto para homens quanto para mulheres, independentemente da cor ou raça.
12. No pós-pandemia a estabilidade (ou instabilidade) das posições ocupadas por homens e mulheres voltou aos patamares pré-pandêmicos, com nítida melhoria na probabilidade de manutenção das melhores posições (ocupações formais) e redução do risco de permanência no desemprego.

Bibliografia

- Abílio, Ludmila C. et al. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, No. 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Bridi, Maria A. C. et al. (2020), *O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19 - Relatório Parte II*. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/202-o-trabalho-remoto-home-office-no-contexto-da-pandemia-covid-19-parte-ii>.
- Cardoso, Adalberto. Préteceille, Edmond. (2021). *Classes médias no Brasil. Perfil, mobilidade social e participação política*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- DIEESE. (2020). *Boletim emprego em pauta* No. 16, outubro. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html>.
- Giddens, Anthony. (1999). *As consequências da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Lapa, Raphael S. (2021). O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da Covid-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE. <http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/nta2>
- Roubaud, François; Razafindrakoto, Mireille; Saboia, João; Castilho, Marta; Pero, Valéria. (2020). The *municípios* facing COVID-19 in Brazil: socioeconomic vulnerabilities, transmission mechanisms and public policies. Texto Para Discussão 032/2020, IE-UFRJ.